



OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DO EXAME NACIONAL: O ENEM NO ENSINO MÉDIO

Renilce Miranda Cebalho Barbosa¹

Nesta escrita propomos uma apresentação da nossa proposta de dissertação de mestrado, ainda em andamento, que consiste em refletir sobre as discursividades constitutivas do processo de institucionalização do ENEM - Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio e sua reformulação como Novo ENEM, ocorrida em 2009. Assim, o objetivo de nossa pesquisa é analisar o processo de institucionalização e legitimação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), discutindo a relação língua/Estado, sujeito/escola (ensino médio), inclusão/exclusão bem como compreender, nesse jogo, os gestos de interpretação de que é passível aos textos que dizem sobre o discurso de democratização das vagas das IES (Instituições de Ensino Superior) no País, observando até que ponto esses discursos se contrastam, coincidem ou mesmo se confrontam em sociedade, na constituição imaginária de uma política pública eficiente para o ensino médio e acesso ao ensino superior nas IES para o Brasil. Para compreendermos os efeitos de sentido do novo no já existente, faremos a seguir um breve histórico do ENEM. Instituído e implantado em 1998, com o objetivo de avaliar anualmente o desempenho dos estudantes concluintes e/ou egressos do ensino médio, o ENEM apresentava as características de exame individual, de participação voluntária, auto-avaliativo, permitindo a participação em programas governamentais de inclusão no ensino superior via instituições particulares e, também, era utilizado como critério de complementação na seleção para acesso aos cursos superiores em algumas das instituições públicas do País. E a partir de 2004, passa a ser utilizado também como: critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer à bolsa do ProUni - Programa Universidade para Todos. Em 2009, o Ministério da Educação apresenta uma proposta de reformulação do Enem, ou seja, agrega sentidos outros ao exame respaldado pelo discurso de *criar uma oportunidade histórica para ressignificação do ensino médio*, assim, a proposta consiste em democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, propiciar a mobilidade acadêmica, estimular a reestruturação do currículo do ensino médio e ainda, certificar competências de jovens e adultos em ensino médio. Dessa forma, institui-se uma política que versa sobre a entrada nas universidades públicas federais, por meio do programa SISU-MEC, fazendo com que a avaliação (ENEM) passe a funcionar como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais, complementando ou substituindo o vestibular das IFES que aderirem ao programa. Nessa direção visamos compreender, pelo viés da Análise de Discurso materialista, as contradições discursivas e as relações de forças postas em funcionamento

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Sob orientação da Profa.Dr Ana Maria Di Renzo.



pelos discursos do MEC. Para dar um exemplo, citamos abaixo um trecho de uma matéria² divulgada no site do MEC para reflexão:

Conforme edital retificado publicado no Diário Oficial da União de hoje, dia 22, a pessoa que estiver pleiteando um certificado de conclusão **não precisa ter frequentado a escola regular nem a Educação de Jovens e Adultos**. A condição para obter a certificação é que o participante tenha 18 anos completos até a data de realização da primeira prova do Enem 2010, o que ocorrerá no dia 06 de novembro [...]”(grifos nossos).

Para a Análise de Discurso, o sentido está sempre em relação a outros dizeres. Desse modo, quando esse dizer divulgado no site é colocado em relação a outros dizeres percebemos um conflito, uma tensão que nos chama atenção. Visto que, na proposta do MEC, o ENEM deverá ser tomado como referência para a *estruturação do currículo do ensino médio*, no entanto nesse recorte propõe certificar aquele que nunca frequentou uma escola. Não há aí um silenciamento que apaga a instituição Escola? Nessa discursividade, que imaginário de Escola e de sujeito-aluno está funcionando? Nas diferentes materialidades que compõem *corpus* da pesquisa analisaremos que /qual o imaginário de sujeito-aluno do ensino médio é projetado no discurso do estado, do jurídico, da educação. Desta forma, construiremos procedimentos analíticos entre a sintaxe e o léxico em distintos discursos do ENEM de 1998, e o discurso outro, o NOVO ENEM 2009 que diz sobre: Indução Reestruturação e reformulação do currículo do ensino médio. Observamos, ainda no site do MEC que a proposta implantada em 2009 recebeu adesões das universidades e institutos federais de maneiras diferenciadas, adesões essas que legitimam de certo modo a política do ENEM, assim, convém refletir no modo como cada instituição tem aderido ao programa. Por exemplo, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) declarou que adotará o Enem como fase única para *alguns cursos* e para preenchimento de vagas remanescentes. Do mesmo modo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) adotará o ENEM como fase única e para o preenchimento de *vagas remanescentes*, e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) adotará o Enem como fase única para 10% das vagas. Podemos observar nas adesões das IES ao novo ENEM, que a institucionalização da proposta apresenta uma série de questionamentos: Quais seriam *esses alguns cursos*? E porque apenas *alguns cursos*? Em que medida a relação entre ensino médio e universitário se consolida? Diante desse cenário, como a avaliação realizada pelo Enem é assumida pelas universidades públicas do país? A liberação de vagas em *alguns cursos*, a cobertura de vagas remanescentes ou a concessão de 10% das vagas seriam medidas que consideram e validam os resultados do Enem? Nesse sentido, analisaremos os mecanismos de identificação e de subjetivação das universidades públicas brasileiras ao aderirem ao ENEM. A sociedade urbana é constituída de diferentes “comunidades” sociais, culturais, linguísticas, etc., cada uma com sua identidade, defendendo o seu direito à diferença na coletividade (Orlandi, 2004). Diante dessa diversidade, o Enem constitui-se como

² Assessoria de Imprensa do Inep/MEC, 22 de junho de 2010



uma medida que visa, entre outros aspectos, a romper com o fosso que se cria entre o ensino básico e a universidade. É, pois, tentando compreender o funcionamento discursivo desse processo, que tomamos então a institucionalização do ENEM e a reformulação do Novo Enem como materialidades de interpretação e análise. Analisaremos, dessa forma, documentos jurídicos e administrativos relativos à institucionalização do ENEM e NOVO ENEM, bem como a política pública traçada pelo MEC, que pressupõe um consenso e uma vinculação homogênea para a implantação dessas políticas. Buscaremos compreender os sentidos de cidadania legitimados pela Constituição de 1988 e no PNE, no que se refere ao acesso ao ensino e compreender como as políticas públicas de ensino lidam com o múltiplo, o diferente, a diversidade, em uma sociedade dita democrática, como a nossa. A noção de consenso é um objeto central de discussão quando se trata de definir um sistema democrático. Assim, para Jacques Rancière (1996), a própria expressão corrente de democracia consensual já é, em si, uma conjunção contraditória, por produzir um apagamento do povo, ocorrendo oposição à democracia (apud ORLANDI, RODRÍGUES ALCALÁ-Carolina.2004,p12). O consenso pressupõe a inclusão de todas as partes, de seus problemas e proíbe a subjetividade política dos excluídos, uma vez que todo mundo está incluído de antemão. A tensão, no entanto, se produz no aglomerado que é a cidade, espaço onde se concentra uma multiplicidade díspar de sujeitos, de grupos sociais, de percursos, de interesses, de preferências, de culturas, de costumes, de particularidades lingüísticas (ibid,p13). Nesse sentido, buscamos compreender e trabalhar com o processo de seleção do ENEM enquanto espaço que se constitui como tentativa de instalar a homogeneidade, a democracia, a consensualidade para o ingresso na Universidade. O que nos possibilita os seguintes questionamentos: como se constitui a necessidade de unidade nacional de ensino e acesso as Universidades? Como construir esse espaço comum, no caso o ENEM, diante de tantas diferenças, diversidade e disparidades? Se olharmos a proposição do MEC sobre a unificação do processo de seleção para o acesso às IES, o SISU vemos a priori, um discurso de democratização do processo seletivo para as vagas nas instituições de ensino superior, e ainda, o funcionamento do currículo como instrumento de indução para o rompimento das distâncias entre o Ensino Médio e o Superior no país. Cabe aqui a seguinte indagação: O efeito ideológico que o MEC busca produzir é o de que o ENEM possa se constituir como um lugar de produção de subsídios, tanto para as escolas de ensino médio quanto para as Universidades? Nesse sentido, para procedermos à análise a que nos propomos, tomaremos ainda como materialidade de interpretação e análise recortes da Constituição Nacional Federal, de 1988, o PNE (Plano Nacional da Educação), especialmente o Art. 3º que trata do Ensino Médio, o Termo e matriz de referência do Novo Enem, cadernos de provas e textos do site oficial do MEC, links do ENEM, etc. Enfim, documentos que possibilitem a análise, tomada numa relação de linguagem com a constituição do Estado, da Escola, do sujeito e da educação. Assim, é nesse funcionamento da linguagem que procuraremos compreender, como o discurso do Estado sobre a Educação projeta um imaginário de políticas públicas, de sujeito, políticas de ensino de língua, num



espaço social de tensão crônica entre o político e as relações de sentidos. As políticas públicas urbanas promovem mecanismos de identificação que constituem os sujeitos e, ao mesmo tempo, a materialidade do espaço que resulta de suas práticas, num processo que em seu funcionamento apaga o político (ibid,p19). Importante ressaltar que o político, na perspectiva da Análise de Discurso, não se confunde com as políticas institucionais nem tampouco se situa nos limites do que se convencionou chamar de esfera política, mas diz respeito ao funcionamento das relações humanas, necessariamente marcadas por relações de poder. Assim, o político é estruturante de todas as instâncias da vida social, jurídico-administrativa, cultural, científica, etc. Nesse sentido, o político, pensado discursivamente, está presente em todo discurso. E esse funcionamento não é transparente, se constitui na ordem do simbólico e do inconsciente, assim sendo, o político é ideológico e sua materialidade pode ser trabalhada na/pela língua.

Para desenvolvermos essa reflexão teórica, mobilizaremos dispositivos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Francesa desenvolvidos por Pêcheux, na França, e Orlandi, no Brasil, visto que esta teoria propicia estabelecer uma relação com a materialidade simbólica, com a história e ideologia. Nesse sentido, interrogamos as **evidências** da língua que conforme Orlandi (2004), a partir de Paul Henry (1992), as **evidências** tem inscrição na ordem humana estritamente biossocial, pela castração simbólica que caracteriza a estrutura do humano. Nessa concepção, o sujeito não é o reflexo (psicológico) de características naturais (biológicas), e sim resultado de um processo simbólico, e o mundo em que se vive não se confunde com o meio natural, condição da vida orgânica, mas espaço simbólico que resulta do mesmo processo de constituição subjetiva. Isso possibilita conceber a linguagem, enquanto materialidade simbólica da língua em que sujeito, sentidos e espaço resultam de uma relação constitutiva. Orlandi (2004) toma o conceito de *sujeito do discurso* formulado por Pêcheux, isto é o sujeito **esquece³ graças ao trabalho** da ideologia e do inconsciente, que atravessa a língua. O sujeito é resultado de um processo social de constituição que se dá pela inscrição da língua na história. Dessa forma, o sujeito estrutura-se diferentemente de acordo com as condições históricas de sua constituição. Na forma de sociedade em que vive, assume uma *forma* específica, forma sujeito, conforme conceituou Althusser e o ressignificou Pêcheux (1975). Na atualidade das sociedades capitalistas, essa *forma sujeito* é a do sujeito jurídico, sujeito de direito que, caracterizado pela sua identificação com o Estado, se constitui através da lei, feita sob a ilusão da autonomia e da liberdade, conforme o ideal democrático do cidadão moderno (ORLANDI, 1999). Concebemos a linguagem em seu funcionamento, em que a relação entre sujeitos e sentidos é afetada pela língua e pela história. Para Orlandi (1999), as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados, em

³ Na Análise de Discurso têm-se duas formas de esquecimento. O esquecimento número 1 chamado esquecimento ideológico e é inconsciente é da ordem de constituição do sujeito e do sentido. E o esquecimento número 2 que é da ordem da formulação, por exemplo, *estou dizendo sujeito e não indivíduo etc.* Esse esquecimento é chamado esquecimento enunciativo.(ORLANDI, 1999).



que o discurso é considerado “efeito de sentidos entre locutores”. A linguagem é um sistema de reações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um entre outras coisas, pelo não mascaramento da ligação estreita e própria da linguagem com o político. No momento em que se assume a incompletude da linguagem, sua materialidade (discursiva), o gesto de interpretação passa a ser visto como uma relação necessária (embora na maior parte das vezes negada pelo sujeito) e que intervém decisivamente na relação do sujeito com o mundo (natural e social), mesmo que ele não saiba (ORLANDI, 2004). Assim, entendemos que essa política que versa sobre a entrada nas universidades públicas federais, por meio do programa SISU-MEC, como um movimento discursivo que tem seus efeitos de sentido no real do sujeito-estudante frente aos processos seletivos das universidades públicas federais. Dessa forma, tomamos como materialidade de interpretação e análise, recortes de textos do site oficial do MEC, INEP, links do ENEM, entre outros por entendermos que o real da história se significa no real da língua e que é pelas minúcias de uma análise que podemos ter acesso ao funcionamento da linguagem; considerando-a como lugar do impossível em que as palavras faltam, escapam, abrem brecha e produz os equívocos. Nesta, o fato lingüístico do equívoco não é algo casual, fortuito, acidental, mas é constitutivo da língua, inerente ao sistema. Nesse sentido, trabalharemos com o texto institucional como materialidade histórica, com suas pistas, discutindo a partir das bases teóricas e epistemológicas da Análise de Discurso o real da língua, o real do sujeito e o real da história na constituição imaginária de uma política pública eficiente para o ensino médio e acesso ao ensino superior nas IES para o Brasil; compreendendo a incompletude como constitutiva da linguagem e que pela noção de interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, em um movimento de constante demanda em um trabalho que perscruta “o acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história” (Orlandi, 1999), tomando a “forma material” (Orlandi, idem) no batimento entre estrutura e acontecimento (Pêcheux, 1990).

Referências Bibliográficas

ALTHUESSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Grall, 1985.

DI RENZO, Ana Maria (et.al). *Sociedade e Discurso*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Editora da UNEMAT, 2001.

_____. Escola e Formulação de Políticas Linguística “III Jornada do CEPEL-Centro de Estudos e Pesquisas em Linguagem”, realizado em julho de 2008, na Universidade de Mato Grosso, em Cáceres.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Linguística). IEL/UNICAMP, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
V SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
O acontecimento do discurso: filiações e rupturas
Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2011

MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues. *O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

ORLANDI, Eni e RODRÍGUES-ALCALÁ, Carolina. A Produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas: Entre o Administrativo e o Jurídico. In: RODRÍGUES-ALCALÁ, Carolina (org.), *Escritos 8 Cidade, Consenso e Políticas Públicas*. Unicamp/Labeurb:2004.

_____. *Interpretação: autoria leitura e efeito do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP, 1990.

_____. Discurso e ideologia. In: *Semântica e discurso: uma Crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. *Políticas Públicas de Ensino* in *Discurso e Políticas Públicas Urbanas: A Fabricação do Consenso*, Eni P. Orlandi (org.), Campinas, Ed.RG, 2002.